

A Direcção do C.S.P.O. em reunião de 21/12/2019 deliberou por
unanimidade/majoria o seguinte:

Arnaldo Loureiro

O Secretário [assinatura]



Centro Social e Polivalente de Ourense
Instituição Particular de Solidariedade Social

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2019

ÍNDICE

Demonstração dos resultados por naturezas	3
Demonstração dos resultados por valências	4
Balanço	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Anexo	7
1. Identificação da entidade	7
2. Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras	7
3. Principais políticas contábilísticas	8
4. Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros	13
5. Ativos fixos tangíveis	13
6. Ativos intangíveis	14
7. Inventários	15
8. Rédito	15
9. Subsídios do Governo e outros apoios	16
10. Efeitos das alterações das taxas de câmbio	17
11. Imposto sobre rendimento	17
12. Benefícios dos empregados	18
13. Instrumentos financeiros	19
14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	19
15. Outras informações	20

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019

Montantes expressos em Euros (€)

Montantes expressos em Euros (€)

Rubricas	Notas	Período	
		2019	2018
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	3/8	217.515,00	212.086,26
Subsídios à exploração	3/10	234.088,29	223.227,86
Variação nos inventários de produção			
Trabalhos para a própria empresa			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3/7	(62.987,27)	(60.574,08)
Fornecimentos e serviços externos	15.9	(55.249,58)	(60.079,22)
Gastos com pessoal	12	(300.466,33)	(365.881,39)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			(762,13)
Provisões (aumentos / reduções)			
Outras imparidades (perdas / reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	15.10	45.906,87	26.033,25
Outros gastos e perdas	15.11	(2.077,25)	(7.337,05)
Resultados antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos		76.729,73	(33.286,50)
Gastos / reversões de depreciação e amortização	3.1/4	(34.551,67)	(34.484,14)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		42.178,06	(67.770,64)
Juros e rendimentos similares obtidos	15.12	91,44	80,08
Juros e gastos similares suportados	15.12	(79,33)	(285,83)
Resultado antes de impostos		42.190,17	(67.976,39)
Imposto sobre o rendimento do período	15.5		
Resultado líquido do período		42.190,17	(67.976,39)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS E VALÊNCIAS

Período findo em 31 de dezembro de 2019

Montantes expressos em Euros (€)

Rubricas	Notas	Valência						Total
		Creche	ATL	Apoio Domiciliário	Centro de Dia	Atividades Culturais e Recreativas	Cantina Refeições	
RENDIMENTOS E GASTOS								
Vendas e serviços prestados	15,13-8,10	36.471,40	9.365,11	56.889,21	88.835,42		25.953,86	217.515,00
Subsídios à exploração	15,13-10,10	110.700,99	8.283,36	77.545,58	37.558,36			23.4088,29
Variação nos inventários de produção								
Trabalhos para a própria empresa								
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	15,13-7	(9.646,55)	-929,3	(16.497,41)	(15.003,96)	(8.863,86)	(12.046,19)	-62.987,27
Fornecimentos e serviços externos	15,13-15,9	(17.678,77)	(4.359,27)	(14.545,53)	(15.311,08)	-744,43	(2.610,50)	-5.5249,58
Gastos com pessoal	15,13-12,3	(89.899,16)	(6.356,37)	(97.951,47)	(83.570,19)		(22.689,14)	-30.0466,33
Imparidade de inventários (perdas / reversões)								
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)								
Provisões (aumentos / reduções)								
Outras imparidades (perdas / reversões)								
Aumentos / reduções de justo valor								
Outros rendimentos e ganhos	15,13-15,10	6.538,54	1.561,42	7.574,05	5.855,34	21.586,28	2.791,24	3.4619,32
Outros gastos e perdas	15,13-15,11	-695,89	-166,18	-592,01	-623,17			-2.077,25
Resultados antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos		35.790,56	7.398,77	12.422,42	17.740,72	11.977,99	(8.600,73)	76.729,73
Gastos / reversões de depreciação e amortização	15,13-4	(8.236,47)	(1.966,92)	(10.359,59)	(7.375,95)	(5.337,50)	(1.275,24)	-34.551,67
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		27.554,08	5.431,85	2.062,83	10.364,77	6.640,49	(9.875,97)	42.178,05
Juros e rendimentos similares obtidos	15,13-15,12	30,63	7,32	26,06	27,43			91,44
Juros e gastos similares suportados	15,13-15,12	-26,57	-6,35	-22,61	-23,8			-79,33
Resultado antes de impostos		27.558,15	5.432,82	2.066,28	10.368,40	6.640,49	(9.875,97)	42.190,17
Imposto sobre o rendimento do período								
Resultado líquido do período		27.558,15	5.432,82	2.066,28	10.368,40	6.640,49	(9.875,97)	42.190,17

BALANÇO

Períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019

Montantes expressos em Euros (€)

Rubricas	Notas	Período	
		2019	2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3/5	417.714,49	449.406,94
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de Investimentos			
Ativos intangíveis	3/6		
Investimentos financeiros		178.596,86	153.494,54
Fundadores / beneméritos / patrocinad. / doadores / associados / membros			
		596.311,35	602.901,48
Ativo corrente			
Inventários	3/7	785,06	2.298,06
Clientes	3/15.1	4.454,50	4.778,55
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	3/15.7	717,21	18,38
Fundadores / beneméritos / patrocinad. / doadores / associados / membros			
Outras contas a receber	3/15.2	965,62	866,85
Diferimentos	3/15.3	3.468,46	1.599,19
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	3/15.4	93.707,64	67.222,86
		104.098,49	76.783,89
		700.409,84	679.685,37
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	15.5	230.828,18	230.828,18
Excedentes técnicos			
Reservas	15.5	81.597,14	81.597,14
Resultados transitados	15.5	126.895,52	194.871,91
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais	15.5	150.541,72	159.637,79
Resultado líquido do período	15.5	42.190,17	(67.976,39)
		632.052,73	598.958,63
Total do fundo de capital			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Passivo corrente			
Fornecedores	3/15.6	14.509,66	19.599,37
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	1/15.7	7.487,30	6.894,15
Fundadores / beneméritos / patrocinad. / doadores / associados / membros			
Financiamentos obtidos			7.084,58
Diferimentos	1/15.7		120,00
Outras contas a pagar	3/15.8	46.360,15	47.028,64
Outros passivos financeiros			
		68.357,11	80.726,74
		68.357,11	80.726,74
Total do passivo			
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			
		700.409,84	679.685,37

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019

Montantes expressos em Euros (€)

Rubricas	Notas	Período	
		2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais – método direto			
Recebimento de clientes e utentes	8/15.1	245.356,09	216.702,12
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores	7/15.6/14.10	(121.673,96)	(115.625,42)
Pagamentos ao pessoal	12/15.8	(300.143,15)	(353.963,62)
Caixa gerada pelas operações		(176.461,02)	(252.886,92)
Pagamentos / recebimentos do imposto sobre o rendimento		1.930,61	
Outros recebimentos / pagamentos	14.2/15.8	231.020,53	223.321,65
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		56.490,12	(29.565,27)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Ativos fixos tangíveis	3/5	(2.859,21)	(16.762,24)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		(25.102,32)	(891,28)
Outros ativos			
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		5.028,67	
Juros e rendimentos similares	15.12	9,17	69,94
Dividendos		82,27	10,14
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(22.841,42)	(17.573,44)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Financiamentos obtidos		(7.084,58)	(8.314,80)
Juros e gastos similares		(79,33)	(285,83)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(7.163,91)	(8.600,63)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		26.484,79	(55.739,34)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	15.4	67.222,86	122.962,20
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15.4	93.707,64	67.222,86

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO

Períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Fundos	Reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	TOTAL dos fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1	230 828	81 597	194 872	159 637	0	666 934
Alterações do período:							
Primeira adoção do referencial contábilístico	10,1	0	0	0	0		-12 114
Outras alterações reconhecidas nos patrimoniais		0	0	0	0		0
	2	0	0	0	0	0	-12 114
Resultado líquido do período	3					-67 976	-67 976
Resultado extensivo	4=2+3					-67 976	-80 090
Operações com instituidores no período	3	0	0	0	0		
	5						
Posição no Fim do período 2018 =1+2+3+5		230 828	81 597	194 872	159 637	-67 976	598 958
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	2,4	230 828	81 597	194 872	159 637	-67 976	598 959
Alterações do período:							
Primeira adoção do referencial contábilístico		0	0	0	0		0
Outras alterações reconhecidas nos patrimoniais	10.1	0	0	-67 976	-9 096		0
	7	0	0	-67 976	-9 096	0	-77 072
Resultado líquido do período	8					42 190	42 190
Resultado extensivo	9=7+8					42 190	42 190
Operações com instituidores no período	8	0	0	0	0		
	10						
Posição no Fim do período 2019 6+7+8+10		230 828	81 597	126 896	150 541	42 190	632 052

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCICIO 2019

Nota introdutória

Anexo elaborado de acordo com a Norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

As posições não indicadas correspondem a situações não aplicáveis à Instituição ou a sua apresentação e divulgação não é relevante.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Designação: Centro Social e Polivalente de Ourentã

1.2 Sede: Rua Frei Manuel dos Santos, 37, 3060-459 Ourentã

1.3 NIF: 503559970

1.4 Natureza Jurídica: Entidade sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social, registada em 04/01/1999 na Direção Geral da Segurança Social, sob o número 59/99, folhas 155 verso do livro nº7 das Associações de Solidariedade Social

1.5 Natureza da Atividade: Atividades de Apoio Social sem Alojamento para idosos e Cuidados para Crianças sem alojamento

1.6 CAE Principal: 88101

1.7 CAE's Secundários: 85100, 88910 e 94991

1.8 Nº médio de pessoas ao serviço: 30

1.9 Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da entidade e de acordo com o modelo contabilístico para as entidades do setor não lucrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº.36-A/2011, de 9 de março, com as alterações do Decreto-Lei nº.98/2015 de 02 de junho.

Instrumentos Legais da NCRF-ENSL:

Portaria nº. 218/2015, de 23 de julho – Código de Contas;

Portaria nº. 220/2015, de 24 de julho – Modelos das demonstrações financeiras;

Aviso nº. 8259/2015 de 29 de julho – NCRF-ESNL.

2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2018.

2.4 Adoção pela primeira vez da NCRF-ENSL

A adoção da NCRF-ENSL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico POC para o SNC foi 1 de janeiro de 2012, tal como estabelecido legalmente.

Foram reconhecidas diferenças de transição nos fundos patrimoniais relativas a subsídios para investimentos, diferidos em PCIPSS, no valor de 317.219,78€, que foram mensuradas em Outras Variações nos Fundos Patrimoniais no referencial NCRF-ESNL, os quais vão sendo revertidos e reconhecidos como ganhos nos exercícios subsequentes na medida em que vão sendo reconhecidos os gastos por depreciação dos equipamentos subsidiados.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das DF's

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos elementos contabilísticos do CSPO, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

- Ativos fixos tangíveis:

A mensuração inicial e subsequente dos ativos fixos tangíveis baseou-se no modelo do custo. Neste modelo, os ativos fixos tangíveis são valorizados pelo custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, menos depreciações acumuladas e perdas por imparidade. As depreciações destes ativos são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, pelo método das quotas constantes e em conformidade com as taxas previstas no decreto regulamentar 25/2009 de 14 de setembro.

As despesas de conservação e reparação que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros foram registadas como gastos no período em que são incorridos.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

- Inventários:

Os inventários foram mensurados pelo método do custo. O preço de aquisição foi o método de custeio utilizado. Foi usado o sistema de inventário intermitente.

- Subsídios do Governo

Os subsídios do governo apenas são reconhecidos quando existem garantias de que a entidade cumprirá as condições estipuladas para a sua concessão e que os mesmos irão ser recebidos. No caso dos subsídios relacionados com rendimentos, são reconhecidos na rubrica “Subsídios à exploração” do período a que se referem, independentemente da data do seu recebimento. Já os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciables e ativos intangíveis com vida útil finita são inicialmente reconhecidos no capital próprio na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais”, sendo subsequentemente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistémica e racional nos períodos contabilísticos considerados necessários para balanceá-los com os gastos com eles relacionados.

Os subsídios relacionados com ativos tangíveis não depreciables e ativos intangíveis com vida útil indefinida são mantidos no capital próprio.

- Rédito

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços é mensurado pela quantia da contraprestação acordada, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e o comprador, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade. O rédito é reconhecido líquido de Imposto sobre o Valor Acrescentado.

- Estado e Outros Entes Públicos

O CSPO está isento de imposto sobre o rendimento (IRC), nos termos do nº1 do artigo 10º do CIRC, e encontra-se no regime misto de tributação em sede de IVA com afetação real e pro-rata, realizando operações isentas ao abrigo do art. 9º CIVA e outras sujeitas à liquidação de IVA.

- Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com o “critério do custo”.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras contas a receber;
- Outros ativos financeiros;
- Caixa e depósitos bancários.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos;

- Ativos e passivos financeiros detidos para negociação;
- Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica;
- Imparidades dos ativos e passivos financeiros.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias de “custo” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros são afetados. As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada, e é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. E desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

- Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os mesmos são compostos por: fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros, Reservas, Resultados transitados, subsídios, doações e legados ou outros, instituídos ou que a norma legal aplicável a cada entidade estabeleça que sejam de incorporar no mesmo.

- Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são mensurados pelo seu valor nominal e os gastos associados são reconhecidos no período a que se reportam, não sendo capitalizados.

No final do exercício a entidade não detinha quaisquer compromissos desta natureza.

- Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outras entidades terceiras são registadas pelo valor nominal dado que não vencem juros e estão descritas no balanço no lado do passivo.

- Caixa de depósitos bancários

Os montantes incluídos nestas duas rubricas correspondem aos valores efetivos em caixa e depósitos à ordem à data de 31 de dezembro de 2019.

3.2 Bases de apresentação das DF's

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

- Regime do acréscimo

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos”.

- Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Sendo o CSPO uma Entidade do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços e ao cumprimento dos fins estatutários.

- Consistência

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores.

- Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras.

- Não Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

- Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando ao princípio da continuidade da entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas.

3.3 Outras políticas contabilísticas / Estimativas

O CSPO opera em seis valências distintas e os gastos e rendimentos associados são imputados à valência específica sempre que possível. Os custos que pela sua natureza não foi possível atribuir em exclusivo a uma Resposta Social determinada foram repartidos por todas as Respostas Sociais com recurso a uma percentagem ponderada, calculada com base no n.º de utentes, de funcionários de cada RS e da utilização das instalações e equipamentos, processo este também aplicado às receitas que não se destinavam a uma Resposta Social determinada.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Instituição. Aliado ao pressuposto da continuidade estão contemplados os pressupostos da comparabilidade, materialidade e consistência da informação divulgada.

3.5 Alterações nas estimativas contabilísticas

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 não ocorreram alterações nas estimativas contabilísticas da Instituição.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas. O cálculo dessas mesmas depreciações efectuou-se através da utilização do método das quotas constantes e, as taxas de depreciação utilizadas, por categoria de ativo, foram as seguintes:

- Edifícios e outras construções – 2,5% e 5%
- Equipamento básico – 16,66%, 20% e 25%

- Equipamento de transporte – 20%
- Equipamento administrativo – 12,5% e 25%

Classe de ativos \ Valores apurados		Terrenos recursos naturais	Edifícios e outras const.	Equip. Básico	Equip. Transp.	Equip. Administ.	Outros AFT	TOTAL
Início do período	Valor bruto escriturado	21.073,03	683.331,98	136.429,70	103.689,28	25.876,58	12.937,22	983.337,79
	Amortização acumulada		(271.402,74)	(133.607,60)	(90.279,49)	(25.703,80)	(12.937,22)	(533.930,85)
	Valor líquido escriturado	21.073,03	411.929,24	2.822,10	13.409,79	172,78	0,00	449.406,94
Período	Aquisições			1.370,22		1.488,99		2.859,21
	Alienações							
	Ativos classificados como detidos p/ venda							
	Depreciações do período		28.215,82	2.586,75	3.352,45	396,65		34.551,67
	Revalorizações							
	Outras alterações							
Fim do período	Valor bruto escriturado	21.073,03	683.331,98	137.799,92	103.689,28	27.365,57	12.937,22	986.197,00
	Amortização acumulada		(299.618,55)	(136.194,35)	(93.631,94)	(26.100,45)	(12.937,22)	(568.482,51)
	Valor líquido escriturado	21.073,03	383.713,43	1.605,57	10.057,34	1.265,12	0,00	417.714,49

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, e se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas

Os ativos definidos como intangíveis dizem respeito a programas de computador, adquiridos em 2013 e 2014 e que se encontram totalmente amortizados.

b) Os métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas

A quantia depreciável de um ativo intangível com uma vida útil finita deve ser imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização deve começar quando o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando estiver na localização e nas condições necessárias para que seja capaz de operar da forma pretendida. A metodologia adotada para a amortização destes ativos intangíveis é o método da linha reta.

c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas), no começo e no fim do período

	Descrição	Goodwill	Propriedade Industrial	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	TOTAL
Início do Período	Quantia bruta escriturada inicial			5.120,76		5.120,76
	Amortizações acumuladas iniciais			(5.120,76)		(5.120,76)
	Quantia líquida escriturada inicial			0,00		0,00
Período	Total das Adições - Outras aquisições					
	Total das diminuições - Amortizações					
Fim do período	Quantia bruta escriturada final			5.120,76		5.120,76
	Amortizações acumuladas finais			(5.120,76)		(5.120,76)
	Quantia líquida escriturada final			0,00		0,00

5.2 Descrição, quantia escriturada e período de amortização restante de qualquer ativo intangível individual materialmente relevante para as demonstrações financeiras

A tabela apresentada no ponto 6.1 c) representa a aquisição de programas de computador em 2013 e 2014 e cuja quantia bruta escriturada era 5.120,76€. Estes bens encontram-se totalmente amortizados.

6. CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os custos dos empréstimos são obtidos são reconhecidos como gasto do período a que se reportam, não estando a ser capitalizados.

Descrição	2019	2018
	Total	Total
Juros dos empréstimos obtidos	79,33	285,83

7. INVENTÁRIOS

Os inventários foram mensurados pelo método do custo, sendo o custo médio ponderado o sistema de custeio utilizado. Foi usado o sistema de inventário intermitente.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2019 a rubrica de Inventários apresentava os seguintes valores:

Descrição	2019	2018
	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo (€) 2019	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo (€)
1. Inventários Iniciais	2.298,06	1.445,08
2. Compras	61.474,27	61.427,06
3. Reclassificação e regularização de inventários		
4. Inventários Finais	785,06	2.298,06
5. CMVMC (5 = 1+2-3-4)	62.987,27	60.574,08

De referir ainda que os valores das existências finais se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas (bens alimentares) – 785,06€

8. RÉDITO**8.1 Divulgar:****a) As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito**

O rédito deve ser mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e o cliente do ativo, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade.

O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A entidade reconhece o rédito da venda de bens quando este possa ser fiavelmente mensurado, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros, os riscos e vantagens significativos da propriedade do bem são transferidos para o comprador e não seja mantido envolvimento continuado da gestão com grau associado de posse ou controlo efetivo dos bens vendidos. No caso das prestações de serviços, o reconhecimento do rédito encontra-se associado ao grau de acabamento do serviço.

b) A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

Rubricas	2019	2018
Vendas	---	
Prestação de Serviços (Matrículas e Mensalidades)	217.515,00	212.086,26
Juros obtidos de depósitos bancários	91,44	80,08

10.SUBSÍDIOS DO GOVERNO E OUTROS APOIOS

10.1 - Devem ser divulgados os assuntos seguintes acerca dos Subsídios:

a) A política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras

Os subsídios provenientes da Segurança Social e dos restantes organismos públicos são reconhecidos como subsídios à exploração no momento em que são recebidos, e são apresentados na demonstração dos resultados na conta 75 – *Subsídios, doações e legados à exploração*.

Os subsídios provenientes do IEF, referentes às várias medidas de apoio à contratação, são reconhecidos pela totalidade, e especializados para cada exercício económico na conta 75 – *Subsídios, doações e legados à exploração*, de acordo com os gastos com pessoal, e por contrapartida de uma subconta da classe 2. À medida que se vai recebendo, anula-se a subconta da classe 2 por contrapartida da conta específica do recebimento (caixa ou bancos). O rendimento proveniente deste tipo de subsídio aparece espelhado na DR e os recebimentos no balanço do período em análise.

Os subsídio ao investimento são reconhecidos numa subconta da conta 59.3 – *Subsídios ao investimento* por contrapartida de uma subconta da classe 2 (que se salda à medida que se recebe) e à medida que se reconhece o rendimento na conta 78.8.3 – *Imputação de subsídio para investimento* salda-se igualmente a conta 59.3. O rendimento dos subsídios ao investimento será imputado a cada exercício com base nas depreciações dos bens que integram o projeto financiado, numa base de proporcionalidade entre o total do investimento e o total do subsídio atribuído.

b) A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que a entidade tenha diretamente beneficiado

Tipo Subsídio	Entidades / Valência	2019	2018
Exploração	Segurança Social	230.674,74	220.819,49
	Município de Cantanhede	---	925,00
	IEFP	3.413,55	1.483,37
TOTAL		234.088,29	223.227,86
Investimento	ISS – PARES – Ampliação Infraestruturas	6.988,54	6.988,54
	CMC – Aquisição carrinha	2.011,47	---
	Doações – Ampliação Infraestruturas Centro	5.124,73	5.124,73
TOTAL		14.124,74	12.113,27

Os subsídios provenientes da Segurança Social estão relacionados com acordos estabelecidos para as valências de Creche, ATL, Centro de Dia e Apoio Domiciliário.

O IEFP atribuiu subsídio no âmbito do recurso ao programa de Estágios Profissionais para contratação de pessoal.

c) Benefícios sem valor atribuído no período, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades

Os subsídios ao investimento imputados ao período respeitam aos seguintes programas:

- ISS - PARES – subsídio atribuído no âmbito da candidatura ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais para ampliação do espaço físico da instituição;
- C.M.C. – subsídio atribuído para aquisição de uma viatura de apoio às valências.

d) Principais fontes de fundos

A principal fonte de fundos públicos é a Segurança Social.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1 Políticas contabilísticas na mensuração dos investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são inicialmente mensurados ao custo no momento da aplicação pelo valor nominal e atualizado à data de 31 de dezembro.

11.2 Quantias aplicadas em investimentos financeiros

INVESTIMENTOS FINANCEIROS	Saldo a 31-12-2019 (€)	Saldo a 31-12-2018 (€)
Fundo CA Património Crescente	149.364,10	125.039,36

Fundo CA Monetário / Rendimento	25.000,00	25.000,00
Títulos de Capital CCAM	1.000,00	1.000,00
Fundo de compensação do trabalho	3.232,76	2.155,18
TOTAL	178.596,86	153.494,54

12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

12.1 Número médio de empregados durante o ano

No decurso do ano de 2019 o CSPO contou com uma média de 30 funcionários, distribuídos de forma ponderada pelas diversas valências.

A imputação dos funcionários, e dos gastos com pessoal, é feita percentualmente, ou seja, um funcionário pode pertencer a uma valência exclusivamente ou a mais, e essa determinação faz-se de acordo com as tarefas que cada um desenvolve dentro da instituição e o tempo que dedica a cada valência em específico, sempre com as orientações do Instituto da Segurança Social.

12.2 Informações sobre as remunerações dos órgãos directivos

Nenhum dos elementos que fazem parte dos órgãos sociais do CSPO recebe qualquer tipo de remuneração ou outra compensação, ou seja, contribuem de forma voluntária para que a instituição preste um serviço exemplar à comunidade.

12.3 Gastos com pessoal

A rubrica de “Gastos com Pessoal” apresentava, no final de 2018 e 2019 a seguinte desagregação

GASTOS COM PESSOAL	Saldo a 31-12-2019 (€)	Saldo a 31-12-2018 (€)
63.1 Remunerações dos Órgãos Sociais	---	---
63.2 Remunerações do Pessoal	240.406,03	274.439,15
63.3 Benefícios pós-emprego	---	---
63.4 Indemnizações	540,00	27.397,15
63.5 Encargos sobre Remunerações	53.380,53	61.197,55
63.6 Seguros de Acidentes de Trabalho e Doença	2.552,75	1.429,35
63.7 Gastos de ação social	---	---
63.8 Outros gastos com o pessoal	3.587,02	1.417,52
TOTAL	300.466,33	365.881,39

13. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

13.1 Número de membros dos órgãos directivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro

Realizaram-se eleições em fevereiro 2020 tendo sido eleitos os seguintes corpos gerentes para o quadriénio 2020/2023:

DIREÇÃO:

- Presidente: Idalécio Pessoa Oliveira
- Vice-Presidente: Helena Maria dos Santos Fernandes
- Secretário: João Paulo Reis Pereira
- Tesoureiro: Floriano Cruz Cordeiro
- Vogal: Fernando Alberto da Silva Assunção

CONSELHO FISCAL:

- Presidente: Alexandre Rocha Simão
- Vice-Presidente: José António Pessoa Santos
- Secretário: Avelino S. F. Estanislau G. Marques

ASSEMBLEIA-GERAL:

- Presidente: Amílcar Santos Cunha
- 1º Secretário: João Carlos Ribeiro Oliveira
- 2º Secretário: António Jesus Simão

14. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro, declara-se que não existiam dívidas em mora ao Estado. Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação perante a Segurança social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estabelecidos.

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

De forma a ajudar na compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

15.1 Clientes e Utentes

Para o período de 2019 a rubrica de “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

CLIENTES	Saldo a 31-12-2019 (€)
Clientes	1.287,72
Utentes	3.166,78

Durante o ano de 2019, o número médio de clientes aos quais foram prestados serviços foi o seguinte:

- Centro de Dia – 26
- Serviço de Apoio Domiciliário – 25
- ATL – 14
- Creche – 29

15.2 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” apresentava, a 31 de dezembro de 2019, o seguinte detalhe:

OUTRAS CONTAS A RECEBER	Saldo a 31-12-2019 (€)
Adiantamentos ao pessoal	
Sócios com quotas por pagar	
Adiantamentos a Fornecedores	
Devedores por acréscimo de rendimentos	885,98
...	
Outros devedores	79,64
TOTAL	965,62

15.3 Diferimentos

A rubrica de “Diferimentos” apresentava, a 31 de dezembro de 2019, o seguinte detalhe:

DIFERIMENTOS	Saldo a 31-12-2019 (€)	
	Débito	Crédito
Gastos a reconhecer	3.468,46	---
Seguros	2.348,46	---
Outros (apoio Médico e Medicamentos)	1.120,00	---
...		
Rendimentos a reconhecer	---	---
Outros	---	---
TOTAL	3.468,46	---

15.4 Caixa, depósitos bancários e outros depósitos

A 31 de dezembro de 2019, as rubricas de “Caixa, depósitos bancários e outros depósitos” apresentavam a seguinte decomposição:

DISPONIBILIDADES	Saldo a 31-12-2019 (€)
Caixa	275,18
Depósitos bancários	36.523,63

Depósitos a prazo	56.908,83
Outros depósitos	---
TOTAL	93.707,64

15.5 Fundos Patrimoniais

Na rubrica de “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

FUNDOS PATRIMONIAIS	Saldo a 31-12-2018 (€)	Aumentos (€)	Diminuições (€)	Saldo a 31-12-2019 (€)
Fundo Social	230.828,18			230.828,18
Excedentes Técnicos				
Reservas	81.597,14			81.597,14
Resultados Transitados	194.871,91		67.976,39	126.895,52
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	159.637,79	5.028,67	14.124,74	150.541,72
Resultado líquido do período	(67.976,39)	110.166,56		42.190,17
TOTAL	598.958,63	110.166,56	77.072,46	632.052,73

15.6 Fornecedores

A 31 de dezembro de 2019, o saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

FORNECEDORES	Saldo a 31-12-2019 (€)
Fornecedores c/c	14.509,66
Fornecedores títulos a pagar	
Fornecedores com faturas em receção e conferências	
...	
TOTAL	14.509,66

15.7 Estado e outros entes públicos

A rubrica de “Estado e outros entes públicos” está dividida da seguinte forma:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	Saldo a 31-12-2019 (€)	
	Débito	Crédito
Retenção na Fonte	20,57	
Retenção de imposto sobre rendimento		380,00
Trabalho Dependente		380,00
Rendimentos Profissionais		
Sobretaxa IRS		
IVA	696,64	496,73

Demonstrações Financeiras – Exercício 2019

IVA a Pagar		496,73
IVA Reembolsos pedidos	696,64	
Contribuições para Segurança Social		6.610,57
TOTAL	717,21	7.487,30

15.8 Outras contas a pagar

A rubrica de “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

OUTRAS CONTAS A PAGAR	Saldo a 31-12-2019 (€)	
	Corrente	Não corrente
Acréscimos de gastos - Remunerações a Liquidar	46.106,10	---
Outros acréscimos de gastos	161,55	---
Outros credores	92,50	---
TOTAL	46.360,15	---

15.9 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” no período findo em 31 de dezembro de 2019 foi a seguinte:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	Saldo a 31-12-2019 (€)
Subcontratos	---
Serviços especializados	15.587,73
Trabalhos especializados	7.869,45
Publicidade e propaganda	
Vigilância e segurança	99,32
Honorários	700,00
Conservação e Reparação	6.193,56
Serviços Bancários	575,43
Outros	149,97
Materiais	5.277,18
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.383,02
Material de escritório	790,02
Artigos para oferta	314,66
Materiais de consumo	755,73
Energia e Flúidos	24.820,51
Eletricidade	9.809,79
Gasóleo	8.367,17
Gás	4.696,55

Outros combustíveis	
Água	1.947,00
Deslocações, estadas e transportes	1,70
Serviços diversos	9.562,46
Rendas	
Limpeza, higiene e conforto	5.638,66
Seguros	1.677,39
Comunicações	1.172,74
Contencioso	84,95
Outros	988,72
TOTAL	55.249,58

15.10 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma, à data de 31 de dezembro de 2019:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	Saldo a 31-12-2019 (€)
Rendimentos suplementares	25.297,52
Descontos de pronto pagamento	139,60
Recuperação de dívidas a receber	
Ganhos em inventários	
Imputação dos Subsídios ao Investimento	14.124,74
Restituição de impostos	1.932,80
Recuperação de Despesas	
Donativos	2.219,52
Outros rendimentos e ganhos	2.192,69
TOTAL	45.906,87

15.11 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma, à data de 31 de dezembro de 2019:

OUTROS GASTOS E PERDAS	Saldo a 31-12-2019 (€)
Impostos	120,61
Descontos de pronto pagamento concedidos	
Donativos	1.100,00
Perdas em inventários	
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	
Outros gastos e perdas	856,64

TOTAL	2.077,25
--------------	-----------------

15.12 Resultados financeiros

No período de 2019 foram reconhecidos como gastos e rendimentos provenientes de juros e outros similares:

RESULTADOS FINANCEIROS	Saldo a 31-12-2019 (€)	
	Débito	Crédito
Juros e gastos similares suportados	79,33	---
Juros suportados	79,33	---
Diferenças de câmbio desfavoráveis	---	---
Outros gastos e perdas de financiamento	---	---
...		
TOTAL	79,33	---
Juros e rendimentos similares obtidos	---	91,44
Juros obtidos	---	---
Dividendos obtidos	---	82,27
Outros rendimentos similares	---	9,17
...		
TOTAL	---	91,44

15.13 Critérios de repartição de gastos e de rendimentos

O CSPO calcula resultados por valência usando o modelo de centros de custo.

A repartição e imputação dos gastos é efetuada segundo critérios:

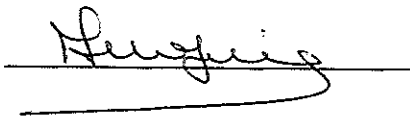
- gastos específicos são imputados às valências a que se reportam;
- gastos gerais comuns são repartidos pelas valências proporcionalmente ao número de utentes;
- gastos com o pessoal são repartidos segundo a afetação do pessoal;
- gastos refeitório são repartidos por tabela ponderada e proporcional ao número de refeições/valência.

A repartição e afetação dos rendimentos é efetuada segundo os seguintes critérios:

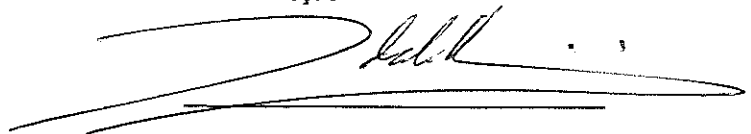
- rendimentos de serviços e participações dos sócios são afetos á valência a que respeita;
- rendimentos comuns são afetos proporcionalmente pelo número de utentes das valências;
- subsídios à exploração são afetos às valências e atividades a que respeitam.
- subsídios aos investimentos são distribuídos proporcionalmente pelas valências.

Ourenã, 25 de Maio de 2020

O Contabilista Certificado



A Direção



por tudo do
Helena da Costa Fernandes
Fernanda Assunção
Diretora da Eng. Constr.

